



Relatório & Contas

cari construtores, s.a.

31 de dezembro de 2015

Índice

A) RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2. ATIVIDADE DA ENTIDADE	14
3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	18
4. PERSPETIVAS FUTURAS	18
5. AÇÕES PRÓPRIAS	20
6. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	20
7. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	20
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
9. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	20
10. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	21
11. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
12. NOTA FINAL	22
B) ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	23
C) ÓRGÃOS SOCIAIS	24
D) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	25
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	25
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	26
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015	27
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2014	28
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA – PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	29
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	30
E) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	62
F) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	63

A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.mos Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex^{as}. o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2015.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1 Quadro macroeconómico internacional

As projeções para a economia mundial, recentemente apresentadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam para um reforço do crescimento mundial, após a desaceleração observada em 2015, antecipando uma recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) face à estabilização em torno dos 3,4% nos últimos dois anos. No que diz respeito à evolução do comércio internacional, observou-se uma intensificação do comércio a nível global, embora com um menor dinamismo face ao observado antes da crise financeira internacional. As atuais perspetivas indicam uma revisão em alta para o conjunto das economias avançadas. Assim, nos próximos anos, prevê-se uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente no reforço do crescimento das economias avançadas, onde se espera um crescimento relativamente moderado nos Estados Unidos da América (EUA), uma melhoria no Japão e uma recuperação moderada na União Europeia (UE), em que todos os Estados-Membros deverão voltar a crescer, facto que não sucedia desde 2007 (devendo registar-se o crescimento mais fraco na Croácia e mais forte na Irlanda).

As expectativas de crescimento para os principais países emergentes (com exceção da Índia) têm vindo a ser revistas em baixa, com destaque para a Rússia e o Brasil, refletindo preços mais baixos das matérias-primas com impacto no desequilíbrio das contas externas e da situação orçamental, enfraquecimento do sistema financeiro, instabilidade político-social e agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (com realce para a crise Rússia/Ucrânia e a instabilidade no Médio Oriente). De entre os países emergentes, a variação do PIB voltou a ser negativa no Brasil e teve um crescimento menos robusto na China.

No caso da área do euro, para além de um crescimento do PIB mais forte que o observado no período anterior, a evolução da economia europeia será influenciada por uma descida mais acentuada do preço do petróleo e das restantes matérias-primas não energéticas, por uma taxa de câmbio efetiva do euro mais fraca e pelo impacto das atuais medidas de política monetária não convencionais do Banco Central Europeu (BCE) - *Quantitative Easing* - repercutindo-se numa melhoria das condições de financiamento das economias e no fortalecimento da procura interna.

Assim, tanto para a União Europeia como para a área do euro, prevê-se uma recuperação gradual da economia, associada à contínua melhoria das exportações e ao aumento do consumo público, devendo o PIB aumentar para cerca de 1,9% e 1,6%, respetivamente. Tal crescimento resultou, também, da evolução positiva dos indicadores de confiança, em particular, a melhoria da confiança dos empresários da construção.

Indicadores Macroeconómicos	2013	2014	2015 ^(e)
PIB:			
EUA	2,2	2,4	2,6
UNIÃO EUROPEIA	0,0	1,4	1,9
ÁREA EURO	-0,5	0,9	1,6
JAPÃO	1,5	-0,1	0,7

Fonte: GPEARI Finanças
Leitura: Variação Percentual
(e) - estimativa

No entanto, em resultado de uma ainda fraca atividade económica decorrente do processo de ajustamento dos balanços dos setores público e privado, em diversos países, o mercado de trabalho da área do euro revelou ainda uma situação de fragilidade. Durante o período de 2015, assistiu-se a uma melhoria gradual do emprego, salientando-se uma descida da taxa de desemprego para 9,5% na União Europeia e para 10,9% na área do euro, registando assim os valores mais baixos desde finais de 2011 e meados de 2009, respetivamente. No final de 2015, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora, serviços e construção, e pioraram para o comércio a retalho.

Quanto à taxa de inflação, as previsões do FMI apontam para uma diminuição significativa para a generalidade das economias avançadas e para uma ligeira aceleração para o conjunto dos países emergentes, situando-se em níveis elevados em alguns países da América Latina (Brasil), da Ásia (Índia) e Rússia. Assim, em 2015, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para zero (+0,4% em 2014), refletindo sobretudo uma redução dos preços de energia, os quais caíram, em média, 6,9% (-1,9% no ano de 2014). Pelo contrário, os preços dos bens alimentares não transformados

aumentaram, em média, 1,7% em 2015 (-0,9% em 2014). Nos EUA a taxa de inflação homóloga baixou para os 0,1% em 2015 (+1,6% em 2014).

Indicadores Macroeconómicos	2013	2014	2015 ^(e)
Inflação:			
EUA	1,5	1,6	0,1
UNIÃO EUROPEIA	1,5	0,5	0,0
ÁREA EURO	1,4	0,4	0,0
JAPÃO	0,4	2,7	0,8
Taxa de Desemprego:			
EUA	7,4	6,2	5,3
UNIÃO EUROPEIA	10,8	10,2	9,5
ÁREA EURO	11,9	11,6	10,9
JAPÃO	4,0	3,6	3,4
Índice de Produção Industrial:			
EUA	1,9	3,7	1,3
UNIÃO EUROPEIA	-0,5	1,1	1,7
ÁREA EURO	-0,7	0,8	1,4
JAPÃO	-0,6	2,1	-0,8

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

Os preços das matérias-primas não energéticas voltaram a registar em 2015 uma desaceleração, a qual se configura mais acentuada do que a registada em 2014 devido à descida mais pronunciada dos preços dos produtos alimentares e agrícolas e à quebra dos preços dos metais, a qual contribuiu para o abrandamento económico da China. O preço do petróleo desacelerou de forma acentuada em 2015, para se situar, em média, nos 53,6 USD/bbl (48 EUR/bbl), revelando o excesso de oferta num cenário de enfraquecimento da economia mundial. A fraca cotação do preço do petróleo deve-se aos receios de uma evolução mais fraca da economia mundial, à expectativa de um aumento da produção por parte do Irão, à não alteração da quota de produção da OPEP e à manutenção de um nível elevado de existências de crude nos EUA. A 31 de dezembro de 2015, o preço do barril de petróleo atingiu um mínimo histórico desde o início de 2005, fixando-se nos 31,6 USD/bbl.

A redução do preço do petróleo numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto

proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo, quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens. Acresce ainda que a redução da inflação, por via da diminuição do preço do petróleo, tem um efeito positivo sobre o rendimento disponível real das famílias e, consequentemente, sobre o consumo privado.

Apesar do efeito direto da redução do preço do petróleo acima descrito, existem efeitos não negligenciáveis nesta matéria, em particular o efeito da queda do preço desta matéria-prima em economias exportadoras líquidas de petróleo, através da redução significativa das receitas associadas à exploração desta matéria-prima, como é o caso de Angola. Sendo a produção de petróleo a principal fonte de receitas de exportação e fiscais, Angola está a sofrer o impacto da queda abrupta desta matéria-prima, cujo preço do barril apresenta uma redução acumulada de cerca de 43% desde o segundo semestre de 2014.

Neste contexto, e dada a forte ligação do mercado português ao angolano, destaca-se a contração abrupta da procura externa proveniente de Angola, que se tem repercutido significativamente nas exportações portuguesas.

Matérias-primas	2013	2014	2015 ^(e)
Petróleo Brent USD/Barril (1)	108,6	99,5	53,6
Bens Agrícolas (2)	1,6	1,9	-13,4
Metais (2)	-4,3	-10,3	-23,1

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual
 (e) - estimativa

A dezembro de 2015, a taxa de câmbio do euro depreciou-se face às principais divisas internacionais, tendo o euro se situado nos 1,089 dólares americanos no final do ano, correspondendo a uma depreciação de 10,3% face ao final do ano de 2014 (1,214 dólares americanos). Esta tendência depreciativa registada ao longo do ano de 2015, reflete, em parte, a orientação divergente de política monetária dos EUA e da área do euro.

No final do ano de 2015, assistiu-se também a alguma volatilidade do mercado cambial, com destaque para a depreciação das moedas de alguns países emergentes face ao dólar (China, Rússia e Brasil).

Divisas	2013	2014	2015
EUR/USD	1,379	1,214	1,089
EUR/JPY	144,72	145,23	131,07
EUR/GBP	0,834	0,779	0,734
EUR/CHF	1,228	1,202	1,084

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) manteve, durante o período de 2015, um conjunto de medidas de política monetária não convencionais, mantendo a taxa das operações principais de refinanciamento em 0,05%. As taxas de juro do mercado monetário do euro prosseguiram o movimento descendente do período anterior, renovando níveis historicamente baixos. Nos EUA, no final do período em análise, as taxas de juro a 3 meses acentuaram o movimento de subida, resultado da orientação menos expansionista da Reserva Federal dos EUA. Assim, no final de dezembro de 2015, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em -0,13%, -0,04% e 0,06%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram para os 0,61%.

Taxas de Juro Referência	2013	2014	2015
Zona Euro	0,25	0,05	0,05
EUA	0,25	0,25	0,25
Japão	0,10	0,10	0,10
Reino Unido	0,50	0,50	0,50

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2013	2014	2015
Zona Euro			
Eonia	0,45	0,14	-0,13
Euribor 1 mês	0,22	0,02	-0,21
Euribor 3 meses	0,29	0,08	-0,13
Euribor 6 meses	0,39	0,17	-0,04
Euribor 12 meses	0,56	0,33	0,06
EUA			
Libor 3 meses	0,24	0,26	0,61
Japão			
Libor 3 meses	0,15	0,11	0,08

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

No final de 2015, registou-se uma evolução desfavorável dos principais índices bolsistas internacionais. A descida dos preços das ações foi influenciada pelo desempenho negativo da bolsa chinesa, pela descida significativa do preço do petróleo e por alguma instabilidade do setor financeiro.

Mercados Bolsistas	2013	2014	2015
Dow Jones EURO STOXX	17,5	13,1	11,8
Nikkei 225	48,7	14,2	23,9
Standard & Poors 500	19,1	17,5	6,8

Fonte: Banco Central Europeu

Apesar do surgimento de novos fatores positivos em 2015, nomeadamente os baixos preços da energia, a incerteza associada às perspetivas económicas mundiais permanece elevada e a intensificação dos riscos de revisão em baixa relacionam-se com as tensões geopolíticas, o reaparecimento de volatilidade nos mercados financeiros e cambiais, num contexto de políticas monetárias divergentes entre as principais economias, e com a execução incompleta das reformas estruturais. Acresce que, um período prolongado de inflação muito baixa, ou mesmo de deflação, será igualmente prejudicial quer para as perspetivas de crescimento mundial e, nomeadamente, europeu, quer para a persistência de um excessivo endividamento público e privado, apesar do elevado esforço de desalavancagem registado no período mais recente.

Por outro lado, ainda não está totalmente definida a orientação da política monetária da Reserva Federal dos EUA para os próximos anos, desconhecendo-se o momento da possível subida das taxas de juro federais, mantidas no intervalo entre 0,00% e 0,25% desde finais de 2008. Neste aspeto, qualquer política monetária mais restritiva, com a eventual subida das taxas de juro diretas, poderá ter impacto no ritmo de crescimento da economia norte-americana e aumentar as incertezas nos mercados financeiros internacionais.

No caso da área do euro, assistiu-se em 2015 a uma diminuição dos riscos financeiros associados às dívidas soberanas devido à persistência de uma política monetária marcadamente acomodatória do BCE, através da aplicação de instrumentos convencionais e de medidas não convencionais de cedência de liquidez. Estas medidas visam incentivar a concessão de empréstimos aos agentes económicos, no sentido de dinamizar a economia e evitar a persistência de uma situação de deflação. Também foram alcançados progressos na construção da União Bancária destinada a limitar a fragmentação financeira e a divergência nas condições de financiamento entre os países desta zona.

1.2 Quadro macroeconómico nacional

O crescimento moderado da economia portuguesa em 2015 aproxima-se do ritmo médio de crescimento projetado pelo BCE para a área do euro. As atuais projeções apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013. Esta evolução deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do PIB de 1,6% em 2015, seguido de 1,7% e 1,8% em 2016 e 2017, respetivamente. O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderado, tendo em conta a severidade da contração observada nos últimos anos e refletindo a necessidade de ajustamento adicional dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, na sequência da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas na área do euro.

A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar assente na manutenção de um crescimento robusto das exportações de bens e serviços, a par de uma recuperação da procura interna, compatível com a redução do nível de alavancagem das famílias e das empresas não financeiras. O forte crescimento em componentes da procura interna com elevado conteúdo importado, como o consumo privado de bens duradouros e o dinamismo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em equipamentos e material de transporte, traduziu-se numa aceleração significativa das importações. Consequentemente, o grau de abertura da economia portuguesa deverá registar um aumento significativo. Esta evolução resulta de um aumento similar do peso das exportações e das importações no PIB, em contraste com os últimos anos, em que o aumento do grau de abertura traduziu um forte dinamismo das exportações. Esta projeção é consistente com a manutenção de progressos na correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados no passado.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou uma recuperação moderada em 2015, após um aumento de 0,6% em 2014. Perspetiva-se uma recuperação do VAB na agricultura, na indústria transformadora e nos serviços, favorecida pelo crescimento das exportações de bens e serviços e pela recuperação da procura interna. Após um longo período de quedas sucessivas, a atividade no setor da construção apresentou uma ligeira recuperação em 2015, embora o nível de atividade neste setor se deva situar 35% abaixo do registado em 2008.

Indicadores Macroeconómicos	2013	2014	2015 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	-1,4	2,2	2,7
- Consumo Público	-1,9	-0,5	0,1
- FBCF	-6,3	2,8	4,8
- Exportações	6,4	3,9	5,3
- Importações	3,6	7,2	7,3
- PIBpm	-1,4	0,9	1,6
Inflação	0,4	-0,2	0,6
Índice de Produção Industrial - IT	0,8	1,8	0,9
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	-0,5	-1,2	0,2
Índice PSI 20	16,0	-26,8	10,7
Taxa de Desemprego	16,2	13,9	12,3

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego
 (e)- Estimativa

O consumo privado deverá crescer 2,7% face a uma variação negativa de 2,2% em 2014, beneficiando de uma evolução favorável do rendimento disponível real das famílias e de uma melhoria nas expectativas quanto ao rendimento permanente, num quadro de manutenção de níveis elevados de confiança dos consumidores. A aceleração do rendimento disponível em 2015 reflete a melhoria das condições no mercado de trabalho e a reversão de algumas medidas de consolidação orçamental implementadas nos últimos anos. Adicionalmente, reflete também o efeito positivo decorrente da descida do preço do petróleo.

Após um crescimento de 2,8% em 2014, a FBCF deverá crescer 4,8% em 2015, recuperando de um contexto de quedas muito acentuadas no período de 2009-2013. Importa referir que no atual período de recuperação económica, o aumento do peso da FBCF no PIB tem sido muito mais moderado do que em anteriores recuperações, o que constitui um fenómeno extensível a outros países desenvolvidos e é um dos fatores explicativos da recuperação mais lenta da atividade económica face a ciclos anteriores. No que diz respeito ao investimento empresarial projeta-se um crescimento de 4,6% em 2015, ainda que condicionado pela necessidade de redução do nível de endividamento das empresas. A aceleração das exportações em 2015 para os 5,3% reflete, por um lado, ganhos adicionais de quota de mercado num contexto de forte depreciação do euro e, por outro, fatores de natureza temporária associados à exportação de bens combustíveis. Nos próximos anos não se antecipam ganhos de quota de mercado significativos para as empresas portuguesas, uma vez que os potenciais ganhos adicionais de quota de mercado provenientes da depreciação da taxa de câmbio do euro são parcialmente compensados por efeitos temporários nas exportações de bens energéticos e pelo efeito, que se assume permanente, da queda das exportações para Angola.

A inflação em Portugal tem registado valores baixos desde 2013, num contexto de reduzidas pressões inflacionistas tanto internas como externas. Após uma deflação de 0,2% em 2014, a inflação medida pela taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) apresenta em 2015 um crescimento para 0,6%. O aumento dos preços

em 2015 reflete a evolução da componente não energética, principalmente bens alimentares não processados e serviços, uma vez que os preços dos bens energéticos deverão continuar em queda. O aumento recente da inflação esperada traduz as expectativas de recuperação económica moderada na área do euro e em Portugal e de continuação da política monetária expansionista do BCE, não obstante alguns fatores de incerteza, referentes, nomeadamente, à evolução do preço do petróleo e das matérias-primas.

Adicionalmente, verificou-se uma melhoria dos indicadores qualitativos dos consumidores e empresários quando comparados com os observados em 2014, traduzindo-se num aumento do indicador de sentimento económico. No que diz respeito às condições no mercado há igualmente sinais de uma melhoria moderada do emprego e uma redução da taxa de desemprego, que se situou em 12,3% no final de 2015, face a 13,9% em 2014.

Não obstante as projeções para uma gradual recuperação, a economia portuguesa continua a enfrentar um conjunto de desafios da maior importância. Por um lado, é crucial assegurar um aumento significativo na produtividade, bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social. Estes objetivos exigem o reforço de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e a investimentos em capital humano e físico. Por outro lado, importa intensificar os progressos observados na correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados que ainda caracterizam a economia portuguesa. As atuais condições benignas de financiamento externo representam uma oportunidade para orientar as políticas públicas no sentido de aumentar a resiliência da economia portuguesa para fazer face a choques adversos futuros. A diminuição sustentada dos níveis de dívida pública e privada são primordiais. Neste sentido, o sucesso da economia portuguesa depende da prossecução no médio prazo de um saldo das contas públicas próximo do equilíbrio, em linha com as regras do quadro orçamental europeu.

1.2.1 O Setor da Construção

Num quadro económico de moderada recuperação, a conjuntura do setor da construção no ano de 2015 foi marcada pela inversão da tendência recessiva num conjunto importante de indicadores que medem a evolução da procura, da produção e do emprego. Com efeito, o investimento em construção e o VAB registaram taxas de crescimento positivas ao longo do ano de 2015, a primeira variação positiva desde 2007, sendo facto que o investimento em construção aumentou 4,7% e o VAB do setor aumentou 4,6% no terceiro trimestre de 2015.

Ao longo do ano de 2015, o indicador de confiança dos empresários portugueses do setor da construção manteve uma variação positiva face à avaliação produzida no período homólogo, estimando-se um crescimento de 16,3%. Esta evolução favorável resulta de uma melhoria de 37,5% na opinião dos empresários no que concerne à evolução da carteira de encomenda, de 3,6% nas perspetivas de criação de emprego no setor e de 4,0% da situação financeira, em

termos homólogos. Contudo, os indicadores quantitativos referentes às licenças de construção e à construção de obras concluídas têm mantido uma tendência de quebra em 2015, embora mais moderada do que em 2014.

Nos primeiros seis meses de 2015 observou-se um aumento de 31,4% nas habitações transacionadas face ao período homólogo, verificando-se uma variação de 39,9% no total das habitações e de 6,9% nos novos alojamentos. Neste período, o crédito concedido a particulares para aquisição de habitação registou um acréscimo de 58,6%, totalizando 1.665 milhões de euros, mais 515 milhões de euros face aos 1.050 milhões de euros concedidos no mesmo período do ano anterior. A acompanhar o crescimento das transações e do crédito à habitação, o valor médio de avaliação bancária da habitação observou uma subida de 2,4% face a igual período de 2014.

Quanto ao crédito concedido às empresas de construção, manteve-se em 2015 a tendência de forte redução dos últimos anos, sendo esta uma das principais condicionantes à atividade das mesmas. Em sentido oposto, o valor do crédito ao setor classificado como de cobrança duvidosa manteve a tendência de subida, correspondendo já a cerca de 32% do crédito concedido ao setor.

O consumo de cimento no território nacional registou um aumento de 6,9% em 2015, sinalizando uma provável inversão do ciclo de 7 anos consecutivos de quebras no consumo desta matéria-prima fundamental para o setor, em linha com a recuperação moderada da atividade na construção. Contudo, a novembro de 2015, o licenciamento de construções não cessa de cair (-11,5% em 2015, face a -5,2% em 2014). Esta quebra é menos acentuada nas obras de construção novas licenciadas, que representam 63,6% do total (-2,9% em 2015 e -5,7% em 2014).

No segmento habitacional, as licenças de construção de novas habitações registaram um aumento de 5,5% face a 2014. No terceiro trimestre de 2015, o número de fogos licenciados em habitações novas cresceu 19,1%, enquanto nas obras de reabilitação de edifícios habitacionais se apurou uma quebra de 11,8%. No que respeita à construção de edifícios não residenciais, registaram-se quebras quer ao nível da construção nova, quer ao nível das licenças de reabilitação. Em termos da área licenciada observa-se uma quebra global no mercado da habitação não residencial. Por tipo de edifício, destaque para aumentos da área licenciada em edifícios não mercantis, transporte e comunicações, comércio e turismo, e decréscimo nos edifícios destinados à agricultura e à indústria.

No segmento das obras públicas, apesar do número de contratos celebrados em 2015 ser superior aos de 2014, o montante total dos contratos celebrados decresceu 37,6% face a 2014. Em termos médios, cada contrato foi celebrado por cerca de 79 mil euros, valor que traduz uma quebra de 44% face à média de 141 mil euros observada em 2014. Nos concursos promovidos para obras públicas observou-se uma redução em valor de 38%, apesar do aumento de 6% verificado em número de concursos.

No primeiro semestre de 2015, o emprego assegurado pelo setor da construção registou um aumento de 4,8% face ao período homólogo, fixando-se em 277,6 mil postos de trabalho, o que significa uma recuperação de 12,8 mil postos de trabalho face aos 264,8 mil apurados no primeiro semestre de 2014. Em resultado desta evolução positiva, o peso do número de trabalhadores da construção no emprego total recuperou para 13,7% e o número de desempregados inscritos nos centros de empregos oriundos do setor da construção atingiu os 65,8 mil, o que traduz um recuo em termos homólogos de 21,3%. As perspetivas de emprego para os próximos meses são positivas, observando-se um crescimento de 8,3% do indicador em termos homólogos.

Indicadores do Setor	2013	2014	2015(e)
Vendas Cimento	-22,8	-9,5	6,9
Licenças de Construção	-21,5	-5,2	-4,8
Construção – Obras Concluídas:			
- Edifícios – Total	-16,9	-31,1	-24,8
- Edifícios - Habitação Familiar	-21,7	-39,4	-25,0
- Fogos - Habitação Familiar	-31,3	-45,9	-26,8
FBCF (Construção)	-12,2	-3,2	2,1

Fonte: Ministério das Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e)- Estimativa

Em Angola, o setor da construção lidera as perdas de emprego observadas em 2015, consequência da crise financeira e económica que o país atravessa. A quebra abrupta da cotação do barril de crude no período em análise fez diminuir as receitas fiscais angolanas provenientes da exportação de petróleo, levando o Governo a cortar um terço de todas as despesas públicas previstas, incluindo empreitadas prestadas ao Estado, afetando desta forma as empresas portuguesas orientadas para o mercado angolano. As obras públicas em carteira diminuíram drasticamente, consequentemente as empresas dispensaram trabalhadores, fazendo com que muitos portugueses ligados a esta área regressassem a Portugal. No final de 2015 estimava-se que cerca de 80 mil trabalhadores portugueses tivessem salários em atraso em Angola.

Por outro lado, as construtoras vão sentir atrasos nos pagamentos, situação recorrente em Angola. A conversão das receitas de kwanzas para dólares e o seu expatriamento para Portugal será um problema crescente face à falta de divisas no mercado. Consequentemente, a crise angolana terá um impacto negativo na margem das empresas portuguesas, sendo que Angola é o maior mercado das construtoras portuguesas, representando 38% do total da atividade fora de Portugal.

2. Atividade da entidade

Em 2015, a CARI teve um acréscimo acentuado do seu volume de negócios, na ordem dos 54%, face a 2014. Este aumento refletiu-se, quando comparado com 2014, nas duas vertentes, prestação de serviços de construção civil e venda de mercadorias, que em 2014 havia sido praticamente nulo e que em 2015 cresceu para cerca de 3 milhões de euros, influenciado, quase exclusivamente, pela comercialização do Empreendimento Imobiliário da Casa de Santa Fé, em Vila do Conde, fruto da adjudicação judicial do mesmo, no âmbito do processo de insolvência da Casa de Santa Fé.

Com efeito, tendo a carteira de obras da CARI sido significativamente incrementada no decurso do ano de 2013, e sedimentada nos anos seguintes, em 2014 e 2015, tem-se vindo a conseguir o reforço dessa tendência, como resultado da política expansionista que a CARI tem levado a cabo no mercado nacional – e, em particular, na zona de Lisboa – e da concretização de alguns projetos, essencialmente, no ramo da hotelaria, com alguns parceiros privados.

Se por um lado, o volume de negócios de 2015 revela um forte crescimento do peso das obras públicas na carteira de obras, ao longo de 2015, a entidade desenvolveu contactos e parcerias para dinamizar a sua carteira de obras privadas, parte dos quais se materializaram no nível de atividade registado no ano e, bem assim, a parte remanescente permite encarar 2016 com otimismo.

O volume de negócios de 2015 caracteriza-se, assim, por alguma preponderância da componente de empreitadas públicas, bem como, pela primeira vez, por uma forte componente imobiliária, traduzindo-se, em 2015, esta componente, em cerca de 16% do volume total de negócios, o que se reflete, quer a boa performance da empresa, a nível da prestação de serviços de construção civil, quer a nível da componente imobiliária, num forte crescimento do EBITDA, na ordem dos 215%, passando de 549 mil euros em 2014, para cerca de 1,73 milhões de euros em 2015.

Não obstante, a melhoria significativa dos níveis de rentabilidade operacional obtidos pela entidade em 2015, o exercício foi ainda afetado pela forte correção a que a empresa se viu obrigada a fazer, fruto de ajustamentos de justo valor efetuados sobre investimentos financeiros em que a CARI havia investido.

Contudo, a melhoria significativa verificada pela componente operacional da entidade conseguiu superar tais ajustamentos a nível da carteira de investimentos financeiros CARI (cerca de 1,71 milhões de euros), conseguindo a entidade concluir o período com um resultado líquido positivo de sensivelmente 625 mil euros.

2.1. Investimento

No ano de 2015, a entidade suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 19 878,29 euros suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014.

2.2. Recursos Humanos

Como resultado da reestruturação operacional levada a cabo pela CARL desde há alguns anos, o seu quadro de pessoal tem vindo a ser ajustado de forma consistente e equilibrada, o que demonstra que a entidade possui um quadro de pessoal devidamente consolidado e com a flexibilidade necessária para responder às suas necessidades, sem que tal se traduza em aumentos significativos dos seus gastos fixos.

Rubricas	2013	2014	2015
Administradores	5	7	6
Empregados	65	64	61
TOTAL	70	71	67

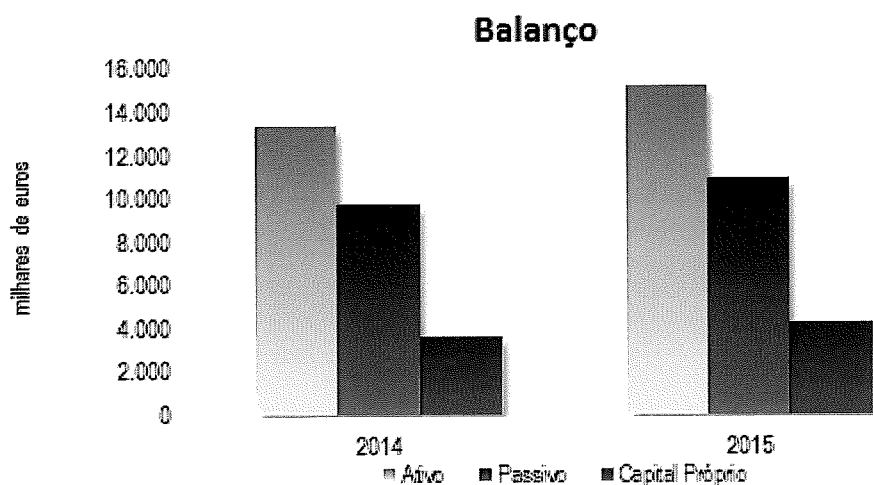
2.3. Análise económico-financeira

Apresentam-se de seguida, alguns indicadores de gestão relativos à estrutura e ao desempenho da CARL no período de 2015:

Volume de Negócios	2013	2014	2015	VAR.
Vendas de produtos	10	31	3.151	10220,52%
Prestações de serviços	10.044	14.566	19.365	32,95%
TOTAL	10.054	14.596	22.516	54,26%

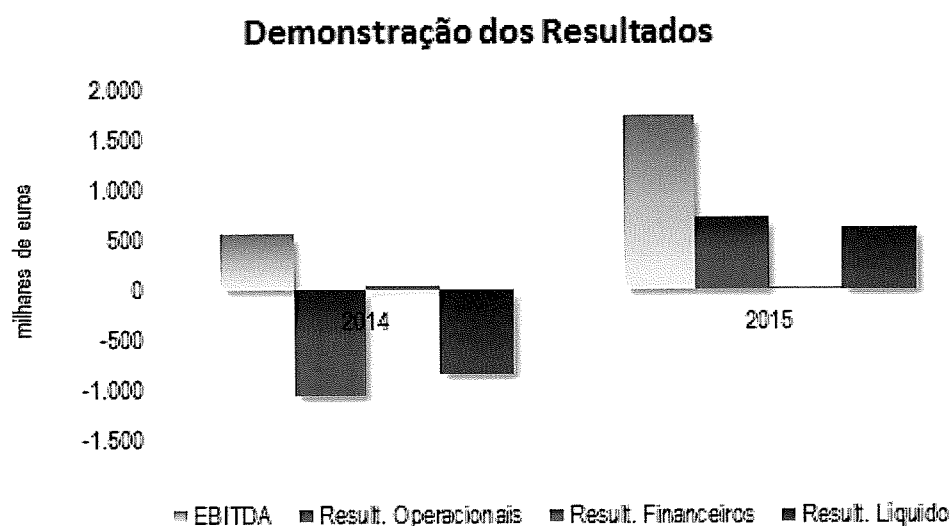
Unid.: Milhares Euros

Em 2015, a CARL registou um incremento de 54,26% do seu volume de negócios, traduzido essencialmente por serviços de empreitada na área da reabilitação urbana, assim como, por um forte crescimento a nível da componente imobiliária.



Em 2015, o balanço da entidade atingiu um aumento do seu ativo, na ordem dos 14%, tendo o seu passivo verificado um aumento ligeiramente inferior, em cerca de 12%.

Com efeito, pese embora os ajustamentos de justo valor sobre investimentos financeiros realizados quer no período, quer no período anterior, o Ativo da entidade reflete a consolidação da sua situação patrimonial, tendo o seu Capital Próprio sofrido um ajustamento positivo de 17% face a 2014, reforçando, assim, a solidez financeira da entidade, verificado pelo aumento de quase 1 ponto percentual do seu rácio de autonomia financeira, o que é um elemento positivo assinalável.



A Estrutura de resultados da entidade no período de 2015, foi alicerçada, não só, pelo aumento significativo do seu volume de negócios, mas, também, pela política prudente que tem mantido ao longo dos anos, no que concerne à sua

eficiência produtiva, apresentando, em todas as suas rubricas, crescimentos acentuados, com exceção dos seus resultados financeiros, que se mantêm praticamente inalterados.

No âmbito da política prudente da entidade no que concerne à avaliação dos seus riscos de crédito (e, consequentemente, no reconhecimento de potenciais perdas por imparidade) e de liquidez, a CARL manteve a sua preocupação sempre presente de otimização da eficiência das suas atividades operacionais, designadamente quanto aos seus gastos com fornecimentos e serviços externos e com pessoal, por forma a mitigar o impacto negativo que tem vindo a afetar a entidade ao nível dos ajustamentos de justo valor efetuados na sua carteira de investimentos financeiros.

Independentemente dos ajustamentos que se têm verificado ao nível do justo valor da sua carteira de investimentos, a CARL tem demonstrado uma eficiente capacidade operacional, capaz, até, de gerar valor suficiente de cobrir as potenciais perdas futuras, fruto desses ajustamentos ao justo valor dos seus ativos financeiros.

Descrição	2013	2014	2015
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	2.869.938	1.912.224	2.845.022
EBITDA*	584.921	549.416	1.730.051
EBITDA %	5,82%	3,76%	7,68%
Net Debt/EBITDA	0,27	0,84	-2,48
Cash-Flow *	521.217	-954.866	-68.720
Rotação do Ativo Fixo	309,77%	449,34%	687,52%
Rotação do Ativo Circulante	89,78%	157,71%	175,12%
Rotação de Existências	223,85%	426,86%	237,16%
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	32,72%	26,97%	27,84%
Liquidez Geral	130,72%	105,72%	195,29%
Solvabilidade Total	48,64%	36,94%	38,57%
Indicadores de Rentabilidade			
Margem Bruta das Vendas	87,42%	83,35%	77,25%
Rentabilidade das Vendas	4,47%	-5,73%	2,77%
Rentabilidade do Ativo Total	3,31%	-6,26%	4,11%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	10,12%	-23,21%	14,76%
*Valores em euros			

O aumento do volume de negócios da CARL no período em apreço, ainda que fortemente penalizado pelos ajustamentos de justo valor reconhecidos em 2015, foi fortalecido por uma estrutura produtiva eficientemente otimizada, permitindo consolidar e, em alguns casos, melhorar, significativamente, quer os seus indicadores económicos e financeiros, quer os seus indicadores de rentabilidade.

Tais melhorias operacionais traduziram-se num aumento significativo dos seus indicadores económicos, com o EBITDA a crescer cerca de três vezes mais em relação à média dos 2 últimos períodos, assim como numa melhoria significativa de quase todos os seus indicadores de rentabilidade.

Ao nível dos indicadores financeiros, convém evidenciar a consolidação dos indicadores de autonomia financeira e solvabilidade, com um ligeiro, mas sustentado, crescimento, em 1 e 2 pontos percentuais, respetivamente, mantendo-se, tais indicadores, em níveis muito satisfatórios para o setor em que a entidade se enquadra.

Importa ainda notar que, mesmo neste contexto, a entidade gerou valor acrescentado bruto próximo dos 2,8M€, alcançando, assim, o nível verificado em 2013 e apresenta, ainda, um rácio *Net Debt* / EBITDA de -2,48, o que é notório no setor em que centra a sua atividade, e mais considerando que pela primeira vez, pese embora nos últimos seis períodos, nunca ter sido superior a 1, apresenta um resultado negativo, o que denota a sua forte e total autonomia face ao crédito bancário, dados os seus elevados níveis de liquidez imediata e total ausência de crédito bancário à data da elaboração das presentes demonstrações financeiras.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

4. Perspetivas futuras

Ao longo dos últimos períodos, a CARL tem levado a cabo um esforço firme no sentido da solidificação da sua posição no mercado em que está inserida, não obstante as dificuldades sentidas na prossecução dos seus objetivos, essencialmente decorrentes de formalidades e tramitações legais que conheceram sucessivos atrasos e aos quais a entidade é totalmente alheia.

Assim, é com entusiasmo responsável e coerente que a CARL continua a reforçar a sua estrutura comercial, com vista a fazer face a eventuais riscos de sazonalidade da sua carteira de empreitadas, tornando-a, assim, mais robusta e apta para manter sustentadamente a sua capacidade de produção.

Com efeito, à data de encerramento do período em análise, a carteira de obras da CARL encontra-se consolidada em diversas empreitadas muito significativas, de que são alguns exemplos as que se seguem:

Principais Obras	Localização
Casa América Latina	Lisboa
Museu de Arte Contemporânea Abade Pedrosa	Santo Tirso
Edifício de Habitação Rua Vitor Cordon 31	Lisboa
Escola EB1/JI Mestre Querubim	Lisboa
Palácio das Galveias	Lisboa
Hotel Castro Mira	Lisboa
Luxury Sénior Residence	Lisboa
Edifício de Habitação Colectiva na Rua dos Fanqueiros 300	Lisboa
Hotel da Baixa Prata	Lisboa
Edifício de Habitação na Rua Duque de Loulé	Lisboa
Complexo Habitacional River Terrace - Quinta da Trindade	Seixal
Continente e Burger King do Seixal	Seixal

Atendendo à atual carteira de obras que se encontra em produção, bem como aos negócios que se encontram em fase avançada de negociação, a CARl ambiciona, com alguma prudência, atingir um volume de negócios na ordem dos 24,4 milhões de euros em 2016, consolidando, assim, o volume de negócios verificado em 2015.

Ao nível dos recursos humanos, a CARl pretende manter a aposta na formação, dando cumprimento ao plano de formação iniciado já em 2015 e assente no desenvolvimento interpessoal dos seus colaboradores e no desenvolvimento de algumas ferramentas informáticas (nomeadamente, Prezi, MS Project e Ferramentas BIM) e capacidades linguísticas, designadamente, no âmbito das línguas francesa e inglesa, tendo já em mente a sua estratégia de internacionalização futura.

A CARl continuará igualmente a apostar na formação para as vertentes de Ambiente e Segurança, com vista a continuar a contribuir de forma decisiva para a diminuição e erradicação dos índices de sinistralidade.

Os objetivos da entidade passam, ainda, pela prossecução de todos os processos relativos à continuidade e manutenção das certificações a nível de Qualidade, Ambiente e Segurança, Sistema Integrado de Gestão e do seu Sistema de IDI, as quais foram obtidas junto da Empresa Internacional de Certificação (EIC), certificação essa, que será objeto de avaliação e renovação em março de 2016.

5. Ações próprias

No decurso do período de 2015 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2015, a sociedade não detinha ações próprias.

6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2015 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido positivo do período de 2015, no valor de 624.419,95 euros (seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e dezanove euros e noventa e cinco cêntimos), seja mantido em Resultados Transitados.

9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. Neste sentido, a análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do grupo em que a entidade se insere. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de

procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do grupo em que está inserida.

10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

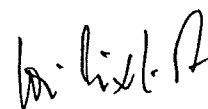
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 26 de fevereiro de 2016.

12. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Guimarães, 26 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração,



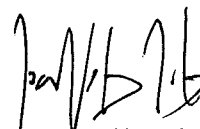
José Gonçalves Teixeira; *Presidente executivo*



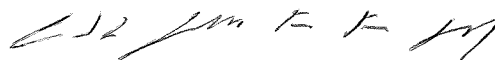
Joaquim Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente executivo*



Avelino Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente não executivo*



João Martins Negrais de Matos; *Vogal executivo*



Eduardo Júlio da Fonseca Ferreira Leite; *Vogal executivo*

Eurico António Lopes Soares; *Vogal não executivo*





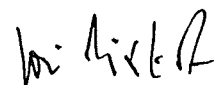
B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º e no n.º 4 do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, apresentamos, de seguida, a lista de ações abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de dezembro de 2015, os membros do Conselho de Administração não eram titulares de quaisquer ações da entidade.
2. Os seguintes acionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de dezembro de 2015, de pelo menos um décimo do capital:
 - i. – Vertente SGPS, S.A. com 100% do capital.

Guimarães, 26 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração,



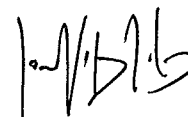
José Gonçalves Teixeira; *Presidente executivo*



Joaquim Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente executivo*



Avelino Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente não executivo*



João Martins Negrais de Matos; *Vogal executivo*



Eduardo Júlio da Fonseca Ferreira Leite; *Vogal executivo*



Eurico António Lopes Soares; *Vogal não executivo*

C) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente executivo: José Gonçalves Teixeira

Vice-Presidente executivo: Joaquim Gonçalves Teixeira

Vice-Presidente não executivo: Avelino Gonçalves Teixeira

Vogal executivo: João Martins Negrais de Matos

Vogal executivo: Eduardo Júlio da Fonseca Ferreira Leite

Vogal não executivo: Eurico António Lopes Soares

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Susana Daniela Simões da Silva Braga

Secretário: Catarina Mendes Amaro

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (Fiscal Único)

Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC,

representado por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159).

D) Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1.195.553,82	1.192.513,64
Propriedades de investimento	7	152.557,20	152.557,20
Ativos intangíveis	8	1.539,44	2.626,11
Participações financeiras - outros métodos	9	928.588,71	2.637.227,83
Ativos por impostos diferidos	21	211.623,28	278.120,66
		2.489.862,45	4.263.045,44
Ativo corrente			
Inventários	10	2.159.605,05	569.300,00
Clientes	11	3.087.872,33	6.582.300,41
Adiantamentos a fornecedores	19	4.945,00	1.314,64
Estado e outros entes públicos	13	338.842,95	454.725,65
Outras contas a receber	12	2.563.796,57	154.215,98
Diferimentos	14	5.817,68	5.353,34
Caixa e depósitos bancários	4	4.544.241,76	1.335.026,85
		12.705.121,34	9.102.236,87
Total do ativo		15.194.983,79	13.365.282,31
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	3.000.000,00	3.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	16	550.000,00	550.000,00
Reservas legais		15.063,66	15.063,66
Outras reservas		663.428,36	663.428,36
Resultados transitados		(623.321,91)	213.573,15
Resultado líquido do período		624.419,95	(836.895,06)
Total do capital próprio		4.229.590,06	3.605.170,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	4.343.750,59	106.371,77
Financiamentos obtidos	18	-	250.000,00
Outras contas a pagar	20	115.768,57	794.217,70
		4.459.519,16	1.150.589,47
Passivo corrente			
Fornecedores	19	4.779.635,45	2.427.525,10
Adiantamentos de clientes	11	-	1.955.731,77
Estado e outros entes públicos	13	93.076,35	24.836,74
Financiamentos obtidos	18	250.000,00	100.000,00
Outras contas a pagar	20	417.292,04	614.943,10
Diferimentos	14	965.870,73	3.486.486,02
		6.505.874,57	8.609.522,73
Total do passivo		10.965.393,73	9.760.112,20
Total do capital próprio e do passivo		15.194.983,79	13.365.282,31

Guimarães, 26 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado n.º 76.810,

cari construtores, s.a.

Página 25 de 63

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas – período findo em 31 de dezembro de 2015

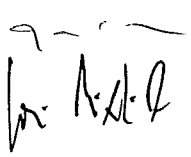
Unidade monetária: euros

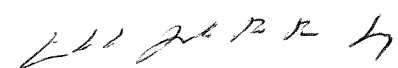
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	22	22.515.784,55	14.596.109,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(5.121.771,05)	(2.430.119,64)
Fornecimentos e serviços externos	23	(14.613.359,79)	(10.292.622,64)
Gastos com o pessoal	24	(1.081.417,90)	(1.113.154,56)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	721.299,21	194.423,60
Provisões (aumentos/reduções)	17	(6.814,47)	(13.995,83)
Aumentos/reduções de justo valor	9	(1.708.639,12)	(1.726.693,08)
Outros rendimentos e ganhos	25	317.157,00	86.698,05
Outros gastos e perdas	26	(286.341,88)	(297.494,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		735.896,55	(996.849,39)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(21.344,52)	(62.457,10)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		714.552,03	(1.059.306,49)
Juros e rendimentos similares obtidos	27	56.460,05	115.052,59
Juros e gastos similares suportados	28	(30.268,94)	(74.402,19)
Resultado antes de impostos		740.743,14	(1.018.656,09)
Imposto sobre o rendimento do período		(116.323,19)	181.761,03
Resultado líquido do período		624.419,95	(836.895,06)
Resultado por ação básico		0,21	(0,28)

Guimarães, 26 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração,

O Contabilista Certificado n.º 76.810,





 António Lopes Soares



Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2015

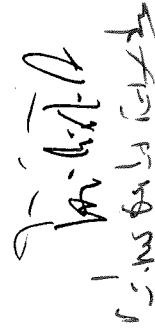
Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2015		3.000.000,00	550.000,00	15.063,66	663.428,36	213.573,15	(836.895,06)	3.605.170,11
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								-
Aplicação do resultado de 2014						(836.895,06)	836.895,06	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(836.895,06)	836.895,06	-
Resultado líquido do período							624.419,95	624.419,95
Resultado integral							624.419,95	624.419,95
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								-
Entradas para cobertura de perdas								-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2015		3.000.000,00	550.000,00	15.063,66	663.428,36	(623.321,91)	624.419,95	4.229.590,06

Guimarães, 26 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração,

O Contabilista Certificado n.º 76.810,




Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2014

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2014		2.884.525,00	550.000,00	15.063,66	778.903,36	(236.086,04)	449.659,19	4.442.065,17
Alterações no período								
Aplicação do resultado de 2013		-	-	-	-	449.659,19	(449.659,19)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:								
Aumento de Capital por Incorporação de Reservas		115.475,00	-	-	(115.475,00)	-	-	-
Resultado líquido do período		115.475,00	-	-	(115.475,00)	449.659,19	(449.659,19)	-
Resultado integral							(836.895,06)	(836.895,06)
Operações com detentores de capital no período							(836.895,06)	(836.895,06)
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2014		3.000.000,00	550.000,00	15.063,66	663.428,36	213.573,15	(836.895,06)	3.505.170,11

Guimarães, 26 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração,

O Contabilista Certificado n.º 76.810,

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa – período findo em 31 de dezembro de 2015

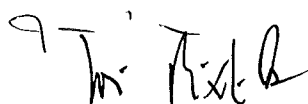
Unidade monetária: euros

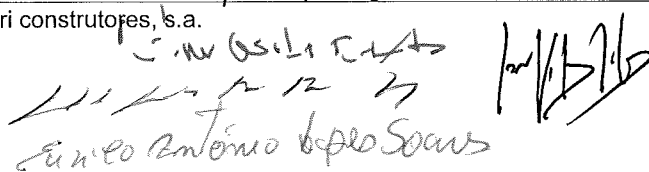
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		26.722.507,32	18.492.742,54
Pagamentos a fornecedores		(19.929.746,75)	(16.281.511,77)
Pagamentos ao pessoal		(1.064.326,49)	(1.117.628,58)
Caixa gerada pelas operações		5.728.434,08	1.093.602,19
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		85.087,33	(185.113,49)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		5.813.521,41	908.488,70
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(3.313.136,91)
Ativos fixos tangíveis		(23.298,03)	-
Ativos intangíveis		-	(3.260,00)
Financiamentos concedidos		(2.648.384,90)	-
		(2.671.682,93)	(3.316.396,91)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.697,40	1.500,00
Financiamentos concedidos		-	3.595.857,11
Juros e rendimentos similares		56.460,05	115.052,59
		58.157,45	3.712.409,70
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		(2.613.525,48)	396.012,79
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(100.000,00)	(308.481,90)
Juros e gastos similares		(30.268,94)	(74.402,19)
		(130.268,94)	(382.884,09)
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		(130.268,94)	(382.884,09)
<u>Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)</u>			
		3.069.726,99	921.617,40
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.335.026,85	413.409,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.544.241,76	1.335.026,85

Guimarães, 26 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração,

O Contabilista Certificado n.º 76.810,





Anexo em 31 de dezembro de 2015

1. Identificação da entidade

Designação da empresa: cari construtores, s.a.

Sede Social: Rua da Índia, n.º 350/358 – 4835-061 Guimarães

Data da Constituição: 22 de junho de 1972

N.º Contribuinte: 500 058 806

C.A.E.: 41.200 – Construção de Edifícios (Residenciais e Não Residenciais)

Designação da empresa-mãe: Vertente SGPS, S.A.

Sede da empresa-mãe: Rua de Pitancinhos, Palmeira - Braga

Natureza da atividade: Construção Civil

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

As referidas normas do SNC estão reguladas pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Contudo, sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são reconhecidos nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	8 a 50	2 a 12,5
Equipamento básico	8 a 12	8,33 a 12,5
Equipamento de transporte	2 a 4	25 a 50
Equipamento administrativo	8	12,5

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria, os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método da linha reta, aplicado em regime de duodécimos a partir do momento em que os mesmos estão disponíveis para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerado qualquer valor residual.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos intangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Programas de computador	3	33,33

As mais e menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por edifícios e outras construções cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica "Propriedades de investimento".

3.2.4. Participações financeiras

a) Participações financeiras – outros métodos

A Entidade utiliza o modelo do custo para participações financeiras em outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional, e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

De acordo com o modelo do custo, as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por eventuais perdas por imparidade.

A entidade utiliza o modelo de justo valor nas participações financeiras em entidades cotadas em mercado regulamentado, cujo justo valor é possível de ser obtido e determinado de forma fiável.

3.2.5. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda líquido dos custos a suportar com a sua alienação), utilizando-se o FIFO ("First in, first out") como fórmula de custeio.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo

de produção ou ao valor realizável líquido (se este for inferior). Os custos de produção englobam o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de perdas por imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando existem indícios de que as perdas por imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são reconhecidos no período de reporte do respetivo rédito.

3.2.6. Locações

A classificação das locações, como operacionais ou financeiras, é efetuada atendendo à substância dos contratos e não à sua forma. Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Locações financeiras

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos de acordo com o disposto na NCRF 9 - Locações. De acordo com este método, o custo do ativo é reconhecido como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é reconhecida no passivo, os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Locações operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estes inerentes.

3.2.7. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.8. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.9. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

3.2.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou

loais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Empréstimos e outras contas a pagar correntes e não correntes

Os financiamentos e as contas a pagar não correntes são reconhecidos no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.11. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e, nos serviços prestados, é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.12. Contratos de construção

A entidade reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são reconhecidas nas sub-rubricas "Produção não faturada" ou "Faturação antecipada", incluídas nas rubricas "Outras contas a receber – Devedores por acréscimos de rendimentos" (Ativo) ou "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer" (Passivo).

As variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

3.2.13. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)", ou nas rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" ou "Imparidade de inventários (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciables.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada

até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.14. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

As declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2010 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo acima referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos para os períodos de 2010 a 2012 e de cinco anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	6.948,36	1.726,00
Depósitos bancários	348.253,90	1.108.300,85
Outros depósitos bancários	4.189.039,50	225.000,00
Total de caixa e depósitos bancários	4.544.241,76	1.335.026,85

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Tem participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Empresas	Participação
vertente, sgps, s.a.	100%

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

Uma vez que os administradores não são remunerados, as remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no período das suas funções durante o período de 2015 foram 3.600 euros e respeitam aos honorários de revisão legal de contas do Fiscal Único (ROC).

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2015 pode ser analisada como segue:

Descrição	Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	929.103,65	300.279,16	1.200.635,76	468.636,54	349.698,27	3.248.353,38
2 Depreciações acumuladas iniciais	-	49.313,22	1.199.006,26	466.344,87	341.175,39	2.055.839,74
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	929.103,65	250.965,94	1.629,50	2.291,67	8.522,88	1.192.513,64
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	-	(6.633,41)	(487,50)	16.968,77	(6.807,68)	3.040,18
5.1 Total das adições	-	-	-	21.500,03	1.798,00	23.298,03
Aquisições em 1.º mão	-	-	-	21.500,03	1.798,00	23.298,03
5.2 Total das diminuições	-	6.633,41	487,50	4.531,26	8.605,68	20.257,85
Depreciações	-	6.633,41	487,50	4.531,26	8.605,68	20.257,85
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	929.103,65	244.332,53	1.142,00	19.260,44	1.715,20	1.195.553,82

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2014 pode ser analisada como segue:

Descrição	Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	929.103,65	300.279,16	1.199.190,76	468.636,54	348.427,27	3.245.637,38
2 Depreciações acumuladas iniciais	-	42.228,72	1.196.911,03	422.547,16	332.329,62	1.994.016,53
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	929.103,65	258.050,44	2.279,73	46.089,38	16.097,65	1.251.620,85
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	-	(7.084,50)	(650,23)	(43.797,71)	(7.574,77)	(59.107,21)
5.1 Total das adições	-	-	1.445,00	-	1.271,00	2.716,00
Aquisições em 1.º mão	-	-	1.445,00	-	1.271,00	2.716,00
5.2 Total das diminuições	-	7.084,50	2.095,23	43.797,71	8.845,77	61.823,21
Depreciações	-	7.084,50	2.095,23	43.797,71	8.845,77	61.823,21
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	929.103,65	250.965,94	1.629,50	2.291,67	8.522,88	1.192.513,64

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015			2014		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total
Ativos fixos tangíveis	(20.257,85)	-	(20.257,85)	(61.823,21)	-	(61.823,21)
Ativos intangíveis	(1.086,67)	-	(1.086,67)	(633,89)	-	(633,89)
	(21.344,52)	-	(21.344,52)	(62.457,10)	-	(62.457,10)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos de acordo com a política contabilística definida na Nota 3 acima.

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção da Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

7. Propriedades de investimento

A entidade optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo. O justo valor das propriedades de investimento foi estimado em 152.500€.

A informação relativa às quantias escrituradas das propriedades de investimento, com referência ao período de 2015, pode ser analisada como segue:

Descrição	Modelo do custo	
	Edifícios e outras construções	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	152.557,20	152.557,20
2 Depreciações acumuladas iniciais	-	-
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial(4 = 1 - 2 - 3)	152.557,20	152.557,20
5 Movimentos do período:(5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 ++ 5.9)	-	-
5.1 Total das adições	-	-
5.2 Total das diminuições	-	-
6 Quantia líquida escriturada final(6 = 4 + 5)	152.557,20	152.557,20

A informação relativa às quantias escrituradas das propriedades de investimento, com referência ao período de 2014 pode ser analisada como segue:

Descrição	Modelo do custo	
	Edifícios e outras construções	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	152.557,20	152.557,20
2 Depreciações acumuladas iniciais	-	-
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial(4 = 1 - 2 - 3)	152.557,20	152.557,20
5 Movimentos do período:(5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 ++ 5.9)	-	-
5.1 Total das adições	-	-
5.2 Total das diminuições	-	-
6 Quantia líquida escriturada final(6 = 4 + 5)	152.557,20	152.557,20

8. Ativos intangíveis

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência ao período de 2015 pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	3.260,00	3.260,00
5 Amortizações acumuladas iniciais	633,89	633,89
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	2.626,11	2.626,11
8 Movimentos do período:(8 = 8.1 - 8.2)	(1.086,67)	(1.086,67)
8.1 Total das adições	-	-
8.2 Total das diminuições	1.086,67	1.086,67
Amortizações	1.086,67	1.086,67
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	1.539,44	1.539,44

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência ao período de 2014 pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	-	-
5 Amortizações acumuladas iniciais	-	-
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	-	-
8 Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2)	2.626,11	2.626,11
8.1 Total das adições	3.260,00	3.260,00
Aquisições em 1.ª mão	3.260,00	3.260,00
8.2 Total das diminuições	633,89	633,89
Amortizações	633,89	633,89
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	2.626,11	2.626,11

9. Participações financeiras - outros métodos

As variações na rubrica de "Participações financeiras - outros métodos", com referência ao período de 2015 são as seguintes:

Descrição	Investimentos noutras empresas	Outros investimentos financeiros	Total
Outros Métodos:			
Quantia bruta escriturada inicial	4.308.920,91	31.300,00	4.340.220,91
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	(1.676.693,08)	(26.300,00)	(1.702.993,08)
Quantia líquida escriturada inicial	2.632.227,83	5.000,00	2.637.227,83
Movimentos do período:	(1.708.639,12)	-	(1.708.639,12)
Aumentos / Reduções de Justo Valor	(1.708.639,12)		(1.708.639,12)
Quantia líquida escriturada final	923.588,71	5.000,00	928.588,71

As variações na rubrica de "Participações financeiras - outros métodos", com referência ao período de 2014 são as seguintes:

Descrição	Investimentos noutras empresas	Outros investimentos financeiros	Total
Outros Métodos:			
Quantia bruta escriturada inicial	1.000.000,00	31.300,00	1.031.300,00
Parte respeitante ao Goodwill	50.000,00	-	50.000,00
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	(26.300,00)	(26.300,00)
Quantia líquida escriturada inicial	1.050.000,00	5.000,00	1.055.000,00
Movimentos do período:	1.582.227,83	-	1.582.227,83
Outras aquisições	3.308.920,91	-	3.308.920,91
Aumentos/Reduções de Justo Valor	(1.726.693,08)	-	(1.726.693,08)
Quantia líquida escriturada final	2.632.227,83	5.000,00	2.637.227,83

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor" decompunha-se da seguinte forma:

Rubricas	2015			2014		
	Reduções	Aumentos	Total	Reduções	Aumentos	Total
Investimentos financeiros	(1.708.639,12)	-	(1.708.639,12)	(1.726.693,08)	-	(1.726.693,08)
	(1.708.639,12)	-	(1.708.639,12)	(1.726.693,08)	-	(1.726.693,08)

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Inventários" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Mercadorias	2.159.605,05	569.300,00
	2.159.605,05	569.300,00

O movimento ocorrido na rubrica de "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" durante o período de 2015 foi como segue:

Descrição	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
1 Inventários iniciais	569.300,00	-	569.300,00
2 Compras	4.740.000,00	1.972.076,10	6.712.076,10
3 Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-
4 Inventários finais	2.159.605,05	-	2.159.605,05
5 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5 = 1+ 2 + 3 - 4)	3.149.694,95	1.972.076,10	5.121.771,05

O movimento ocorrido na rubrica de "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" durante o período de 2014 foi como segue:

Descrição	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
1 Inventários iniciais	565.000,00	-	565.000,00
2 Compras	4.300,00	2.430.119,64	2.434.419,64
3 Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-
4 Inventários finais	569.300,00	-	569.300,00
5 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5 = 1+ 2 + 3 - 4)	-	2.430.119,64	2.430.119,64

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Clientes c/c	2.596.770,79	6.197.481,03
Clientes c/ caução	491.101,54	384.819,38
Clientes de cobrança duvidosa	4.731.346,77	5.452.645,98
	<u>7.819.219,10</u>	<u>12.034.946,39</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(4.731.346,77)	(5.452.645,98)
	<u>3.087.872,33</u>	<u>6.582.300,41</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Reclamadas judicialmente	3.577.272,60	4.281.333,16
Em mora	1.154.074,17	1.171.312,82
	<u>4.731.346,77</u>	<u>5.452.645,98</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Adiantamentos a clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Clientes - Públicos	-	1.955.731,77
	<u>-</u>	<u>1.955.731,77</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Imparidade de dívidas a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015			2014		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	(14.879,35)	736.178,56	721.299,21	-	194.423,60	194.423,60
	<u>(14.879,35)</u>	<u>736.178,56</u>	<u>721.299,21</u>	<u>-</u>	<u>194.423,60</u>	<u>194.423,60</u>

12. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros	28.603,65	-
Obras em curso	61.926,85	115.981,89
Serviços prestados	-	15.046,07
	90.530,50	131.027,96
Outros devedores	2.473.266,07	277.905,02
	2.563.796,57	408.932,98
Perdas por imparidades acumuladas	-	254.717,00
	2.563.796,57	154.215,98

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Ativo		
Imposto sobre rendimento	-	80.329,28
Imposto sobre o valor acrescentado	338.842,95	374.396,37
	338.842,95	454.725,65
Passivo		
Imposto sobre rendimento	47.752,51	-
Retenção de impostos sobre rendimento	12.555,49	7.551,04
Contribuições para a Segurança Social	32.768,35	17.285,70
	93.076,35	24.836,74

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Gastos e Rendimentos" a reconhecer apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	541,68	77,34
Rendas	5.276,00	5.276,00
	<u>5.817,68</u>	<u>5.353,34</u>
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de construção	965.870,73	3.486.486,02
	<u>965.870,73</u>	<u>3.486.486,02</u>

15. Capital realizado

O capital societário da entidade é constituído por 3.000.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de um euro, encontrando-se totalmente realizado.

16. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias efetuadas pelo acionista, no valor de 550.000 euros, que não vencem juros, e que o Conselho de Administração considera que não se qualificam como passivo. A restituição das prestações acessórias depende da deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e as reservas legais.

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Provisões" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Processos judiciais em curso	57.820,34	64.256,00
Provisões para garantias a clientes	48.930,24	42.115,77
Outras provisões	4.237.000,01	
	<u>4.343.750,59</u>	<u>106.371,77</u>

A rubrica de outras provisões contempla a criação de uma provisão no âmbito do processo de insolvência da Casa de Santa Fé.

Esta provisão foi constituída por força da adjudicação à CARI dos imóveis da Massa Insolvente da Casa de Santa Fé, tendo tal adjudicação sido efetuada no seguimento do leilão levado a cabo pela Massa Insolvente da totalidade do património imobiliário da Insolvente e cuja melhor proposta foi apresentada pela CARI.

A licitação vencedora, no valor 4.237.000,01 Euros, apresentada pela CARI, foi apresentada tendo por base o valor do crédito da CARI reconhecido no âmbito do processo de insolvência, que ainda corre termos no tribunal judicial de Viana do Castelo.

Ora, sendo a CARI credora da Massa Insolvente por valor superior à licitação adjudicada, foi autorizado pelo Meritíssimo Juiz do Processo a adjudicação dos imóveis à CARI, com dispensa do pagamento do preço, até que a sentença de graduação de créditos se encontre transitada em julgado.

Porquanto, sendo a CARI credora da Massa Insolvente da Casa de Santa Fé em valor superior ao da adjudicação e estando já devidamente acautelado nas contas da entidade de períodos anteriores a imparidade deste cliente, a presente provisão não teve qualquer reflexo na demonstração de resultados, sendo criada, exclusivamente, pela afetação ao Ativo da CARI dos imóveis objeto da adjudicação.

Os aumentos/reduções da rubrica de "Provisões", durante os períodos de 2015 e 2014, apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2015			2014		
	Reforço	Reversão	Saldo final	Reforço	Reversão	Saldo final
Provisões para garantia a Clientes	(48.930,24)	42.115,77	(6.814,47)	(13.995,83)	-	(13.995,83)
	(48.930,24)	42.115,77	(6.814,47)	(13.995,83)	-	(13.995,83)

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Financiamentos obtidos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Passivo não corrente		
Empréstimos de médio e longo prazo	-	250.000,00
	-	250.000,00
Passivo corrente		
Empréstimos de curto prazo	250.000,00	100.000,00
	250.000,00	100.000,00

19. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores c/c	3.745.556,05	2.015.020,10
Fornecedores - títulos a pagar	195.360,96	194.198,02
Fornecedores - faturas em conferência	146.988,32	210.140,76
Fornecedores c/ caução	691.730,12	8.166,22
	<u>4.779.635,45</u>	<u>2.427.525,10</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Adiantamentos a fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores	4.945,00	1.314,64
	<u>4.945,00</u>	<u>1.314,64</u>

20. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Passivo não corrente		
Fornecedores c/ caução		479.860,08
Outros	115.768,57	314.357,62
	<u>115.768,57</u>	<u>794.217,70</u>
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	56.666,37	46.164,84
Fornecedores de investimentos	1.697,40	-
Adiantamentos por conta de vendas	74.000,00	80.000,00
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar	146.021,72	166.730,73
Fornecimentos e serviços externos	40.023,32	231.839,57
Outros acréscimos de gastos	19.196,92	8.277,61
	<u>205.241,96</u>	<u>406.847,91</u>
Outros	79.686,31	81.930,35
	<u>417.292,04</u>	<u>614.943,10</u>

21. Ativos e passivos por impostos diferidos

As variações na rubrica de "Ativos e passivos por impostos diferidos", com referência ao período de 2015 são as seguintes:

	01.01.2015		Variação		31.12.2015	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Ativos por impostos diferidos						
Imparidade de clientes	224.663,03	54.732,47	(20.093,60)	(4.521,06)	204.569,43	50.211,41
Prejuízo fiscal reportável	1.063.753,28	223.388,19	(295.125,32)	(61.976,32)	768.627,95	161.411,87
	<u>1.288.416,30</u>	<u>278.120,66</u>	<u>(315.218,92)</u>	<u>(66.497,38)</u>	<u>973.197,38</u>	<u>211.623,28</u>
Não Corrente		278.120,66				211.623,28
Corrente		-				-

As variações na rubrica de "Ativos e passivos por impostos diferidos", com referência ao período de 2014 são as seguintes:

	01.01.2014		Variação		31.12.2014	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Ativos por impostos diferidos						
Imparidade de clientes	286.657,43	70.231,07	(61.994,40)	(15.498,60)	224.663,03	54.732,47
Prejuízo fiscal reportável	-	-	1.063.753,28	223.388,19	1.063.753,28	223.388,19
	<u>286.657,43</u>	<u>70.231,07</u>	<u>1.001.758,87</u>	<u>207.889,59</u>	<u>1.288.416,30</u>	<u>278.120,66</u>
Não Corrente		70.231,07				278.120,66
Corrente		-				-
Passivos por impostos diferidos						
NCRF 19 - Contratos de construção	21.565,14	5.283,46	(21.565,14)	(5.283,46)	-	-
	<u>21.565,14</u>	<u>5.283,46</u>	<u>(21.565,14)</u>	<u>(5.283,46)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Corrente		5.283,46				-
Corrente		-				-

22. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2015 e de 2014, as rubricas de "Vendas e serviços prestados" apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2015		2014	
	mercado interno	Total	mercado interno	Total
Vendas de mercadorias	3.140.850,00	3.140.850,00	-	-
Vendas de produtos	9.694,40	9.694,40	30.527,00	30.527,00
Serviços prestados	19.365.240,15	19.365.240,15	14.565.582,24	14.565.582,24
	<u>22.515.784,55</u>	<u>22.515.784,55</u>	<u>14.596.109,24</u>	<u>14.596.109,24</u>

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Subcontratos	13.016.100,06	8.539.382,77
Eletricidade	35.945,27	25.853,26
Combustíveis	115.077,17	127.430,18
Água e outros fluidos	11.759,15	9.200,32
Ferramentas	2.600,13	125.190,00
Material escritório	6.616,54	9.087,38
Rendas e alugueres	683.941,36	671.283,51
Comunicação	18.052,90	13.930,37
Seguros	30.587,41	39.324,13
Transporte de mercadorias	580,00	27.876,66
Deslocações e estadas	23.386,57	9.537,14
Honorários	-	1.540,47
Contencioso e notariado	78.963,54	66.641,70
Conservação e reparação	33.701,63	35.351,68
Publicidade e propaganda	49.058,90	6.170,10
Limpeza, higiene e conforto	11.696,64	6.527,22
Vigilância e segurança	43.616,72	41.149,65
Trabalhos especializados	392.938,85	468.304,78
Portagens	49.729,51	53.061,65
Outros FSE	9.007,44	15.779,67
	14.613.359,79	10.292.622,64

24. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

24.1. Pessoas ao serviço

	2015	2014
Administradores	6	7
Empregados	61	64
	67	71

24.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Remunerações do pessoal	872.750,89	893.533,29
Encargos sobre remunerações	179.908,03	187.253,81
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	16.689,59	24.305,41
Gastos de ação social	265,00	494,70
Formação	1.944,03	550,00
Seguros saúde e vida	6.670,18	6.450,08
Outros gastos com pessoal	3.190,18	567,27
	1.081.417,90	1.113.154,56

25. Outros rendimentos e ganhos

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Rendimentos suplementares	75.025,83	51.859,27
Alienações de investimentos não financeiros	-	1.219,51
Descontos de pronto pagamento obtidos	35.189,87	8.088,09
Excesso de estimativa para impostos	0,48	126,76
Recuperação de créditos de clientes	174.343,23	-
Penalidades contratuais	29.914,97	15.643,57
Outros rendimentos e ganhos	2.682,62	9.760,85
	317.157,00	86.698,05

26. Outros gastos e perdas

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Impostos e taxas	37.745,58	50.781,43
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	12,11
Dívidas incobráveis	60.945,91	882,38
Correções relativas a períodos anteriores	7.804,96	-
Donativos	922,50	87.000,00
Insuficiência de estimativa para impostos	-	10.653,22
Gastos com garantias bancárias	122.244,02	97.526,76
Gastos com <i>factoring</i>	6.662,74	12.104,70
Gastos com <i>confirming</i>	3.182,60	7.706,01
Multas e penalidades	36.533,25	14.348,53
Danos a terceiros	1.150,66	2.474,81
Serviços bancários	9.149,60	13.309,90
Outros gastos e perdas	0,06	694,68
	286.341,88	297.494,53

27. Juros e rendimentos similares obtidos

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Juros contratuais e de mora	19.064,54	21.474,18
Juros de empréstimos concedidos	28.603,65	88.988,16
Juros de depósitos	8.293,23	4.590,25
Outros juros e rendimentos	498,63	-
	56.460,05	115.052,59

28. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Juros de empréstimos bancários	21.027,02	28.373,43
Juros de <i>factoring</i>	3.371,65	20.311,05
Juros de <i>leasing</i>	-	300,32
Juros de <i>confirming</i>	-	14.005,38
Juros de <i>self-confirming</i>	22,88	-
Juros de mora e compensatórios	5.847,39	6.256,37
Juros de empréstimos obtidos	-	5.155,64
	<u>30.268,94</u>	<u>74.402,19</u>

29. Compromissos da entidade por garantias prestadas

A entidade possuía, à data de 31 de dezembro de 2015, garantias bancárias para substituição das cauções junto das entidades adjudicatárias no valor de 7.750.229 euros, a saber:

Nacionais em euros	2015	2014
SANTANDER	165.567	173.970
BPI	2.265.903	3.816.543
Novo Banco	667.068	141.633
CGD	4.468.114	963.609
BPN	55.772	55.772
BANIF	96.129	96.129
MAPFRE	31.675	31.675
TOTAL	<u>7.750.229</u>	<u>5.280.972</u>

30. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2015) e a data de autorização para a sua emissão (26 de fevereiro de 2016), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

Não obstante, durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, a entidade suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 19 878,29 euros suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei n.º 40/2005, na redação dada pela Lei n.º 162/2014.

Neste sentido, a entidade encontra-se a preparar a candidatura a dirigir à Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, de forma a obter a declaração comprovativa de que as atividades realizadas correspondem efetivamente a ações de I&D. Caso o referido pedido seja deferido pelas entidades competentes, a Empresa terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") no valor de 16.399,59 euros.

31. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

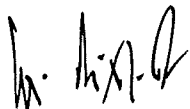
Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do nº 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 3.600 euros (IVA excluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

32. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 26 de fevereiro de 2016.

Guimarães, 26 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração,

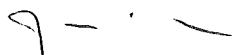


José Gonçalves Teixeira; *Presidente executivo*

O Contabilista Certificado n.º 76.810,



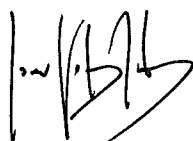
Sílvio Duarte Pereira Machado Costa



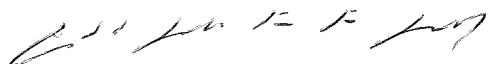
Joaquim Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente executivo*



Avelino Gonçalves Teixeira; *Vice-Presidente não executivo*



João Martins Negrais de Matos; *Vogal executivo*



Eduardo Júlio da Fonseca Ferreira Leite; *Vogal executivo*

Eurico António Lopes Soares; *Vogal não executivo*



E) Certificação Legal das Contas**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CARI CONSTRUTORES, S.A.**, as quais compreendem o Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 15.194.983,79 euros e um total de capital próprio de 4.229.590,06 euros, incluindo um resultado líquido do período de 624.419,95 euros), a Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e o Anexo do período findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da Informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **CARI CONSTRUTORES, S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a Informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Braga, 1 de abril de 2016.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 803 951 943 | Capital Social 5.000 euros
 Membro da ABC & Associados - SROC, ACE
 geral@jmm.sroc.pt

Escritórios
 Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
 Apartado 2852 - 4701-856 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade CARI CONSTRUTORES, S.A. referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015.
2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da Entidade.
3. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) e do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais, também emitimos a Certificação Legal das Contas (sem reservas e sem ênfases) com data de 1 de abril de 2016.
4. Face ao exposto, e considerando que:
 - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
 - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados;
 - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2015, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 1 de abril de 2016.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
 Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
 geral@jmm-sroc.pt

Escritórios
 Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 401, 4.º Piso, Escritório 47
 Apartado 2552 - 4701-850 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759